

Agostinho Neto: A breve trajetória de um verdadeiro Kilamba/Líder.

Texto de Flaviano Francisco:

*Agostinho Neto, é, pois será sempre actualidade.
Cada vez que nasce uma criança livre, vemos-lhe retratado.
(S. Miguel)*

Hoje, 17 de Setembro, é comemorado mais um aniversário do nascimento de Agostinho Neto, o famoso “**Kilamba**, que nasceu em Kaxicane, Icolo e Bengo, Catete, em 1922 e tornou-se no primeiro presidente de Angola de 1975 a 1979. Após concluir o ensino primário, entrou para o **Liceu Salvador Correia**, em Luanda, onde terminou o 7.º ano em 1944. Depois, partiu para Portugal (em função de uma bolsa de estudo da igreja de metodistas dos USA por intermédio de seu pai/pastor, na altura, o que o ajudou a residir e a sobreviver naquela metrópole, bem como preservar o sonho de ser médico) para frequentar a Faculdade de Medicina.

Foi em Portugal onde Agostinho Neto iniciou a sua trajetória política, fazendo parte da geração de estudantes africanos que viria a desempenhar um papel decisivo na independência dos seus países naquela altura, que ficou designada como Guerra Colonial Portuguesa. Em 1947, integrou o **Movimento dos Jovens Intelectuais de Angola**, sob o lema “Vamos Descobrir Angola”. Em Coimbra, com **Lúcio Lara e Orlando de Albuquerque**, colaborou nas revistas “Momento”, ”Mensagem” e nos órgãos da Associação dos Naturais de Angola. Em outubro de 1958, casou com a escritora, poetisa e jornalista portuguesa Maria Eugénia Neto, que conheceu num círculo de escritores em Lisboa, no ano de 1948. Com ela, teve três filhos, a saber: Mário Jorge Neto, Irene Alexandra Neto, em 1961, que, aliás, em Janeiro de 2017, passou a ser académica da AGLP; e Leda Neto.

Os seus principais poemas e artigos estão intrinsecamente aliados ao seu empenho político que, conseqüentemente, levaram-no a ser perseguido e preso pela PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado, órgão repressivo da ditadura de Salazar que lutou contra os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas na altura. Crime de que era acusado: "ser portador de panfletos subversivos". Neto foi deportado para o Tarrafal, prisão política em Cabo Verde. Libertado, retomou à actividade política e intelectual, fundando, em Lisboa, em parceria com **Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro**, o Centro de Estudos Africanos, destinado à afirmação da nacionalidade africana. Em 1951, foi nomeado representante da Juventude

das colónias portuguesas junto do MUD-Juvenil Português (**Movimento de Unidade Democrática-Juventude**).

Devido à sua participação em actividades anticoloniais, foi novamente detido pela PIDE, em Fevereiro de 1955, e condenado a dezoito meses de prisão. Preso em Lisboa, Agostinho Neto, infelizmente, não participou, a 10 de Dezembro de 1956, do acto de fundação do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

Ele, também, participou da fundação do “**Movimento Anticolonial**” (MAC), agrupamento que reuniu patriotas das várias colónias portuguesas para uma acção revolucionária conjunta nas cinco colónias portuguesas: **Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe**. Muito antes do Natal de 1959, Agostinho Neto, acompanhado da mulher e do filho, deixou Lisboa para regressar a Luanda, onde abriu um consultório médico. Paralelamente à actividade clínica, continuou o seu activismo a favor da independência e foi eleito, em 1960, Presidente Honorário do MPLA. Preso pela terceira vez, em Luanda, Agostinho Neto é transferido para várias prisões em Portugal e Cabo Verde.

Ora, quando as prisões de Luanda foram invadidas em Fevereiro de 1961, desencadeou-se uma luta armada do MPLA, seguida de forte repressão colonial. Preso na Praia, Cabo Verde, Agostinho Neto é transferido para a prisão de Aljube, em Portugal, onde permanece até Março de 1963. Libertado no mesmo ano, foge, clandestinamente, para *Léopoldville* (Kinshasa) e se junta, novamente, ao MPLA. Ainda em 1963, foi eleito presidente do MPLA, durante a Conferência Nacional do Movimento. A luta armada contra o domínio colonial intensificou-se até que, em Fevereiro de 1975, ele retornou a Luanda. Em representação do MPLA, Agostinho Neto participa, em Alvor, Portugal, na assinatura do acordo para a constituição do “governo de transição”. Em 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto proclamou a independência de Angola. Liderou o MPLA e Angola durante os primeiros anos da independência, mas, doente, morre aos 56 anos no dia 10 de Setembro de 1979, em Moscovo, capital da Rússia. Agostinho Neto deixou como legados a independência e a liberdade do povo angolano. No dia 17 de Setembro, Angola celebra o Dia do Herói Nacional, em comemoração ao dia do nascimento de Agostinho Neto.

Dito isto, acontece que a sua trajectória política activa (para além de carregar desde cedo uma bagagem cultural muito atractiva nas suas actividades juvenis) começou a desenvolver-se com a mudança para Portugal, onde rapidamente se integrou e se familiarizou com outros estudantes de origem africana, embora principalmente brancos e

mestiços. As principais causas que giram em torno da sua trajectória política dizem respeito, essencialmente, a questões relacionadas com fins culturais e políticos que visavam a afirmação da nacionalidade dos países africanos.

Porém, paralelamente, também é importante destacar que Neto, em sua trajectória, sempre foi uma voz árida e profunda que ressoou por todo o país, “intoxicando-nos” com seus ideais, que até hoje funcionam como fermento que inflama as nossas acções. É, portanto, um dos principais motivos pelos quais ele rapidamente se identificou como vencedor e teve que vencer para concretizar suas ideias.

Neto não foi apenas um prodígio, mas um retrato de esforço, tenacidade e perseverança. Ele nasceu em um ambiente de gente modesta e, mesmo assim, conseguiu ser uma das figuras de maior destaque no cenário político internacional. Como mostra a história, Neto era uma das esperanças de África. E mesmo quem não o conheceu compreenderá bem e perfeitamente o seu sonho, trajectória e esforço para que os países africanos pudessem conquistar a sua liberdade e se tornarem independentes.

Agostinho Neto (muitas vezes apelidado de Kilamba/Líder) provou-nos com o seu próprio exemplo que, através do esforço pessoal, do trabalho constante e da persistência, é possível ao homem concretizar o seu sonho.

A trajectória e o pensamento de Agostinho Neto, em nossa opinião clara, eram combinações de cores, só perceptíveis à luz de uma visão perfeita. Quer dizer, a sua sabedoria não só foi deixada ou justificada nas suas obras, mas numa das suas obras mais brilhantes que é a “Independência de Angola”. Seu apelido de “Kilamba/Líder” está muito presente em sua trajectória por todos os seus feitos com esforços, sacrifícios e dificuldades superados sem desmaiar, pois, tinha em mente o que ninguém deveria oferecer ao seu povo; a independência.

No entanto, e com base em sua brilhante trajectória política e além que desenvolvemos acima, pensamos ser oportuno encerrar este texto com mais um de seus magníficos discursos:

“O Discurso na Universidade de Dar-es-Salam, na Tanzânia, em 07/02/1974”.

Sr. Presidente,
Senhoras e Senhores,
Camaradas,

É com o maior prazer que tomo a palavra diante do sempre interessante auditório desta Universidade, cujas preocupações, por parte de estudantes e professores revelam o

desejo de um conhecimento profundo do nosso continente e dos diferentes factores que afectam o seu desenvolvimento. Esta é uma preocupação digna dos futuros dirigentes do país e daqueles que os formam, facto que transforma o grande prazer deste encontro em honra especial.

Que me seja permitido expor brevemente o fruto de uma experiência pessoal e de reflexões sobre a luta de libertação nacional no nosso continente. Esta experiência não é senão a expressão de uma necessidade vivida em África nos últimos cinco séculos e muito especialmente vivida em África nos últimos decénios de cada um de nós se sentir livre. É também a expressão mais vasta do desejo comum do Homem sobre a terra, de se considerar livre, capaz de se desligar das amarras de uma sociedade em que se estiola e morre, como ser humano.

A luta de libertação nacional em África, em minha opinião, não poder ser desligada do contexto actual em que se desenvolve, nem pode isolar-se no mundo. Uma greve de trabalhadores na Inglaterra, a imposição do fascismo ao povo chileno ou uma explosão atómica no Pacífico, são fenómenos da mesma vida que estamos a viver, através da qual procuramos as vias para uma existência feliz para o homem sobre a terra. O facto universal é, portanto, particularmente em África, através das informações correntes no plano político, económico e cultural.

Os laços históricos que ligam os nossos povos aos outros povos do mundo vão estreitar-se cada vez mais, pois que não pode haver outra tendência sobre a terra. O isolamento é impossível e é contrário à ideia de progresso técnico, cultural e político.

O problema que se nos põe neste momento a nós africanos, é como transformar as relações injustas, geralmente de subordinação política e económica, com os outros países e povos do mundo, sem que esta transformação se faça à custa do progresso social que necessariamente deve estar integrado na acção para alcançar a liberdade e sem o qual o comportamento do homem será o de quem sai de uma forma de discriminação para cair numa outra forma tão negativa como a primeira, uma simples inversão dos factores intervenientes. E dentro desta mesma sociedade africana, o movimento de libertação nacional procura também que as forças sócio-económicas internas, isto é, aquelas que se desenvolvem no interior de cada país, se restructurem no sentido do progresso.

Em África, estamos fazendo todos os esforços para acabar para sempre com o paleo-colonialismo, hoje apenas existente nos territórios dominados por Portugal, como geralmente se acredita, mas que de facto são dominados por uma vasta associação

imperialista protegida de maneira injusta, interesses egoístas de homens, organizações económicas ou de grupos de países.

Os chamados regimes racistas de minoria branca, não são senão uma consequência e uma forma especial de paleo-colonialismo, em que os laços com as metrópoles se tornaram frouxos e mais apagados, em favor de uma ditadura minoritária branca.

Esta forma de colonização visível, clara, aberta, não impede que uma outra exista no nosso continente, outra forma de dominação mais subtil conhecida pelo nome do neocolonialismo, em que o explorador já não se identifica com o nome de colonizador, mas que actua da mesma maneira a vários níveis.

No entanto, as formas de submissão interna, causadas pela divisão em pequenos grupos étnicos ou linguísticos, pelo desenvolvimento das classes privilegiadas e dotadas de um dinamismo próprio, não deixam de ser também formas de opressão ligadas às formas visíveis e conhecidas como colonialismo, antigo ou novo ou racismo. Elas aliam-se facilmente ao imperialismo e facilitam a sua penetração e influência.

Estes fenómenos são universais, eles encontram-se em todas as sociedades do mundo, mas na actualidade são agudos e bem concretos em África e é aqui que eles mais nos preocupam a nós africanos, e também aos povos com os quais temos relações ou de submissão ou de cooperação.

A dominação e a opressão coloniais ou racistas exercem-se de diferentes maneiras e a diferentes níveis. Elas não actuam de um nodo uniforme sobre o nosso continente, não utilizam sempre os mesmos agentes, não provêm sempre do mesmo extrato social ou sob a mesma forma de organização política ou económica. Por isso, cada um, colonizador ou colonizado, sente de maneira diferente este fenómeno, e que se deseja ver substituído por outro tipo de relações (e quanto a este novo tipo de relações, nós os africanos ainda não estamos nem muito claros de acordo).

Se para uns, colonialismo significou e significa trabalho forçado, para outros é discriminação racial; para outros ainda, é a segregação económica e a impossibilidade de ascensão política. Mas, o roubo das terras africanas pelos colonizadores, a escravização do trabalhador, o castigo corporal, ou a intensiva exploração dos bens que nos pertencem, de todos esses factores, a capacidade de cada um se aplicar com maior ou menor inteligência e clareza na dinâmica pela solução do problema colonial.

E, como anteriormente disse, a acção contra o colonialismo está estreitamente ligada, insere-se numa outra de carácter aparentemente interno, mas na realidade tão

universal como a primeira, que é a necessidade das transformações sociais de maneira a que o Homem seja realmente livre em cada país ou em cada continente do mundo.

A maneira como se encara este aspecto do problema, é também muito importante para a tomada de posição e para a orientação a seguir no processo de libertação.

Estão, portanto, interligados estes dois problemas cruciais do nosso continente e da nossa época com as relações com os povos estrangeiros, de um lado, e com a relação de forças no interior de cada país.

Depende de como vemos o mundo, como antevemos o futuro do nosso País, como sentimos na nossa pele a acção das forças externas, a atitude mais ou menos correcta, mais ou menos intensa com que entramos emocionalmente na acção libertadora.

A luta de libertação nacional na nossa época é, pois, influenciada não só pelos factores históricos que determinam o colonialismo, o neocolonialismo ou os regimes racistas, mas, também, pelas suas perspectivas, pelos seus objectivos e pela maneira de cada um conceber o mundo e a vida.

A reacção contra a dominação estrangeira, seja ela individual, colectiva ou organizada, não pode deixar de ser influenciada pelos dois factores apontados, que dizem respeito à história do passado e à história do futuro.

Por isso, a importância dos movimentos de libertação nacional é muito maior do que geralmente se admite, porque pela sua actividade, eles se transformam em aceleradores da história, do desenvolvimento da sociedade onde actuam e fora dela, dinamizam processos sociais, para ultrapassar o estágio actual, mesmo em países politicamente independente.

Os diferentes tipos de colonização em África, provocaram em nós, africanos, formas diferentes de ver o problema de libertação e é normal que assim seja, uma vez que as nossas consciências não podem retirar o material para a sua constituição senão do campo da experiência vivida e das nossas possibilidades de conhecer o mundo.

Por vezes, nas concepções e, portanto, na aplicação prática dos programas de combate, diferimos e nem sempre a orientação tomada na acção libertadora preenche ambas as necessidades de se concentrar na transformação das relações entre os povos e na transformação intrínseca da vida da nação.

Daqui a necessidade de ver o problema com clareza e de responder claramente a estas questões:

- Quem é o inimigo? O que é o inimigo?
- Qual é o nosso objectivo?

As respostas a estas perguntas, como é óbvio, não dependem apenas do desejo de ser livre. Dependem também do conhecimento e duma concepção do mundo e da vida, dependem da experiência vivida. O que significa que elas não se podem desligar das ideias políticas adquiridas, das concepções ideológicas, fruto, geralmente, da origem de cada um de nós.

Sem querer entrar na análise do problema angolano, nos seus aspectos particulares, eu queria, no entanto, basear-me na minha experiência, para poder esclarecer as reflexões que acabo de fazer e que farei mais adiante.

Angola é um vasto país, hoje pouco densamente povoado, colonizado desde 1482 pelos portugueses. Esta é a ideia geralmente aceite. Contudo, no que respeita à colonização, Portugal não conseguiu dominar todo o nosso território desde os primeiros contactos. Foram precisos séculos para conseguir impor o seu domínio político e económico a todo o nosso Povo. Também não é verdade que Angola seja dominada apenas por Portugal; sobre este ponto, o mundo está suficientemente esclarecido para saber que em Angola estão em jogos os interesses políticos e económicos de várias potências mundiais. A administração portuguesa não impediu a presença dos seus associados, uma presença que se mantém há séculos. A Grã-Bretanha, por exemplo, país que possui, em Angola, o maior volume de capitais investidos, ou os Estados Unidos da América com crescentes interesses na economia e ansiando dominar a posição estratégica do nosso país, assim como outros países da Europa, da América ou da Ásia, concorrem para a dominação do nosso Povo e a exploração dos bens que nos pertencem.

Pensar hoje que Angola, Moçambique, a Guiné e outras colónias são dominadas pelo pequeno e atrasado Portugal, é tão errado como pensar que a sociedade francesa se encontra na época feudal (a referência à França é apenas para exemplificar).

Não é o pequeno e atrasado Portugal, o principal elemento para o colonialismo. Sem os capitais de outros países, sem crescentes investimentos, sem a cooperação técnica, sem as cumplicidades a vários níveis, a transformação radical já se teria verificado há muitos anos.

Portanto, se nós podermos dizer que Portugal é o gerente de uma série de acordos político-económicos, compreenderemos que ele não é o nosso inimigo principal, mas, apenas, o inimigo directo. Ele é, por outro lado, o elo mais fraco de toda a cadeia criada para a dominação dos povos.

Se olharmos para o próprio Portugal, para o seu panorama interior, encontramos uma sociedade que se debate ainda para ultrapassar uma obsoleta forma de governo

oligárquico, incapaz de abandonar o uso da violência contra o seu povo, para o proveito de uma quantas famílias, com uma classe camponesa debatendo-se na miséria mais triste da Europa e onde cada cidadão se sente prisioneiro no seu próprio país. É verdade o que dizem os próprios portugueses, que o seu país constitui, hoje, uma das maiores vergonhas da Europa e do mundo.

Podemos, neste momento, repor a questão:

– Quem é o inimigo? Qual é o seu carácter?

Muitas vezes se confunde o inimigo da África com o branco. A cor da pele ainda é um elemento que para muitos determina o inimigo. Há razões históricas, sociais, factos vividos que consolidaram, no nosso continente, essa ideia.

É absolutamente explicável que um trabalhador das minas na África do Sul, segregado, violentado e exprimindo no seu suor até à última gota, sinta que o branco frente aos seus olhos, para quem ele produz riqueza, é o inimigo principal. É para ele que constrói cidades, ruas bem pavimentadas, conserva condições de higiene e de salubridade que não possui para si próprio.

É da experiência da vida que a consciência principal se forma. A experiência da África do Sul pode levar a esta conclusão imediata, até certo ponto lógica e economicamente válida.

Tanto mais que, para voltar ao caso de Angola, a sociedade criada pelos colonialistas criou vários mecanismos de defesa racial, postos ao serviço do colonialismo. O mesmo camponês pobre, miserável, oprimido e explorado na sua terra, é alvo de atenção especial quando se fixa numa das “suas” colónias. Ele não é só imbuído de mitos patrioteiros, como também começa a gozar de privilégios económicos e sociais de que nunca pôde dispor antes. Assim, entra no sistema. O colonialismo começa a servir-lhe o apetite e passa a ser o cão de guarda dos interesses da oligarquia fascista.

No entanto, nos mais íntimos sentimentos de cada um, tanto o que faz de cão de guarda como o que é explorado, não deixam de se sentir escravos do conjunto do sistema.

E é assim que hoje podemos dizer que o fenómeno da opressão colonial ou neocolonial no nosso continente já não se pode pôr ao nível da cor dos indivíduos.

O mesmo sistema que oprime e explora o camponês em Portugal é, também, o que oprime e explora o cidadão angolano, utilizando motivações diferentes, técnicas diferentes, mas sempre com o mesmo propósito – explorar. E entre o homem português e o homem angolano ou moçambicano ou guineense, é possível o estabelecimento de relações justas, isto é, de relações que impeçam a exploração de um homem pelo outro

homem. O factor racial não jogará senão um papel secundário e só durante mais tempo, caso terminem as relações de senhor para escravo.

A compreensão ideológica deste problema, também facilita a sua resolução, ao serem definidos os objectivos da luta de libertação.

Em condições especiais, encontram-se já casos em que o problema racial é ultrapassado. É o que se passa na guerra. Há portugueses conscientes que desertam, para de uma maneira ou de outra maneira se alistarem nas fileiras nacionalistas.

A nossa experiência da clandestinidade mostrou que pode haver essa colaboração racial na luta contra o sistema.

E, no fundo, o que é que nós queremos?

Não penso que a luta de liberdade se dirija no sentido da inversão dos sistemas de opressão de modo que o senhor de hoje seja o escravo de amanhã. Pensar assim, será querer caminhar contra o sentido da história. As atitudes de vingança social não são as que poderão trazer aquilo que desejamos, ou seja, a liberdade do homem.

É que as lutas de libertação, desejo sublinhá-lo de novo, não se destinam só a corrigir violentamente as relações entre os homens, e especialmente as relações de produção, dentro do país, – elas constituem um factor importante para a transformação positiva de todo o nosso continente e do mundo inteiro.

A luta de libertação nacional é, também, um meio de quebrar todo um sistema de opressão existente no mundo.

Vejamos o lado pragmático da questão:

Não encontramos, em África, um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole, até pela absorção dos valores culturais, inevitável num regime de tipo colonial. E, mais, as formas de exploração não terminaram; por consequência, não terminaram também as formas de discriminação racial, mais ou menos acentuada. Nestes casos, a libertação ainda não é completa.

Numa independência onde não houvesse apenas a aparência de independência política, mas, também, a económica e a cultural, onde o respeito real pelos valores nacionais existissem de modo a permitir a abolição da exploração, eu acredito – o homem encontraria então a liberdade verdadeira.

Se quisermos responder à nossa pergunta, diremos que o inimigo é o colonialismo, o sistema colonial, é ainda o imperialismo que sustenta o primeiro, sendo até o inimigo principal.

Estes inimigos utilizam, em seu favor, todas as contradições que possam encontrar na sociedade dominada. Os factores raciais, tribais, de classe, e outros. Sobre eles constroem as suas bases de exploração e mantêm, modificando-lhes o aspecto, quando já não podem ser mantidos. Assim, em África, já não é a dominação política formal que pode prevalecer, mas ninguém se libertou da dominação económica. Ela aí está presente e por isso mesmo, me é muito grata a fórmula adoptada por alguns partidos políticos no poder em África, ao dizer que eles também são movimentos de libertação nacional. Assim se exprime o completo significado do fenómeno da liberdade.

Deste conceito mais largo de liberdade nacional, provém consequências importantíssimas para a necessária cooperação entre os oprimidos da terra.

Continuarei a dizer, portanto, que a liberdade nacional, tem de ser uma etapa para a realização de uma forma mais vasta de libertação, que é a libertação do homem.

Se se afasta desta ideia, o dinamismo desaparece, as contradições essenciais no país terminam.

A experiência angolana mostrou já que o carácter anti-racista puro não pode permitir o pleno desenvolvimento da luta pela liberdade. A nossa sociedade, desde há séculos, contém dentro de si os elementos brancos, chegados como ocupantes, como conquistadores, mas que tiveram tempo de se enraizar, de se multiplicar e existir por gerações e gerações sobre o nosso território. Essa população branca domina os centros urbanos, provocando o fenómeno da mestiçagem, que torna a nossa sociedade interligada nos seus componentes raciais.

Se a luta de libertação esquece a realidade do país e se reduz a formulações gratas a nacionalistas sinceros, mas pouco preocupados com o aspecto do desenvolvimento sócio-histórico do povo, ela estiola-se e não pode atingir os seus objectivos políticos e humanos.

Todos aqueles que num país desejam participar de qualquer forma da luta de libertação, devem poder fazê-lo.

A preocupação em África de fazer da luta de libertação uma luta racial de pretos contra brancos, não só é epidérmica, mas podemos dizer reaccionária a essa tese não tem futuro, momento mesmo em que verificamos haver mais contactos entre pretos e brancos sobre o continente do que na época do colonialismo.

As relações alargadas com os países socialistas, com os países anticoloniais (na forma), as relações chamadas de cooperação com as antigas metrópoles, chamaram à

África um notável número de europeus, americanos, asiáticos que não existiu nunca em nenhuma época da história.

Pôr, portanto, o problema preto contra branco, é falsear a questão, é desviá-la do seu objecto.

O que queremos nós?

Uma vida independente como Nação, uma existência em que as relações económicas sejam justas entre os países e dentro do país, um reviver dos valores culturais ainda válidos para a nossa época.

O conceito literário de negritude, nascido das correntes filosófico-literárias que fizeram a sua época, como o existencialismo e o surrealismo, pôs com acerto o problema da consciencialização cultural do homem negro no mundo, independe da área geográfica em que ele se dispersou.

Conjuntamente com a ideia do panafricanismo, o conceito de negritude, começou, num certo momento, a falsear o problema negro.

É justo, era justo realçar os valores culturais na sua essência, que os povos negros transportaram para todos os continentes, com predominância para o continente americano. A nossa cultura deve ser defendida, desenvolvida. O que não significa dizer que deve ser mantida em estagnação.

No futuro e como vários pensadores têm afirmado, a luta de libertação nacional é uma luta pela cultura. Mas, eu creio que os laços culturais não devem de modo algum a comparticipação política.

Este tem sido um ponto equívoco em muitas manifestações ditas de liberdade nacional.

E não posso deixar de exprimir, aqui, a minha inteira identidade política com a luta dos povos negros da América, lá onde se encontrem a admirar a vitalidade dos descendentes dos africanos ainda hoje oprimidos e segregados na sociedade americana, especialmente nos Estados Unidos. Digo especialmente nos Estados Unidos, porque não acredito muito na inteira liberdade dos negros e na igualdade nacional no Brasil, de que tanto se fala e de que nos pretendem convencer.

A ascensão social do negro africano é notável, ao ponto de hoje o negro africano se distinguir em África não só pelo seu comportamento, mas, também, pelo seu nível intelectual e técnico.

Raras vezes as características físicas do negro americano permitem dúvidas sobre a sua origem. E assim é que o fenómeno da miscigenação produziu um outro tipo de

homem. Aquele tipo que em Angola o homem vulgar chamaria branco ou mestiço, nos Estados Unidos é negro.

Não existe, portanto, uma identificação física e há fortes diferenças culturais como não poderia deixar de ser.

Por isso, sem confundir origens com compartimentos políticos, a América é a América, a África é a África.

Hoje, estamos todos ligados, solidários numa luta de libertação contra opressores que apresentam a mesma cor, mas amanhã, certamente, haverá personalidades sociais diferentes a convencer. E o processo evolutivo da humanidade para que as diferenças se extingam não pode deixar de provocar, nos Estados Unidos, uma diluição ainda maior das diferentes etnias hoje antagónicas. A América tem a sua vida política, do mesmo modo que Angola ou Moçambique têm a sua própria vida. Embora tenhamos de nos identificar, como negros, na defesa dos nossos valores, não posso esconder a preocupação, por vezes mal fundamentada, para que alguns dos nossos irmãos do outro lado do Oceano Atlântico tenham uma messiânica preocupação de encontrar um Moisés para o regresso à África.

Certamente, para muitos, esta teoria está ultrapassada.

Mas, vou voltar à questão de saber quem é o nosso inimigo. Relembro que, na minha compreensão, as reacções primárias contra um sistema de opressão derivam da experiência pessoal, da maneira como se sentiu essa opressão. Citei o caso da África do Sul. Não quero ignorar, neste momento, a pressão que é feita sobre os movimentos de libertação para conservar uma pretensa pureza negra. Cita-se, muitas vezes, o caso da América onde a luta racial é para os negros, a mais evidente. Não sejam estas frases tomadas como crítica aos nossos irmãos americanos negros, eles melhor do que ninguém sabem como orientar a sua luta, como encarar a transformação da sociedade americana de modo que lá, o homem seja livre.

Rejeito, também, a ideia da libertação negra, num momento em que a unidade da África é um dos princípios da UOA, aceite universalmente, e sabendo que, em África, existem os povos árabes, existem áreas que não são negras. O problema não pode ser puramente racial. Enquanto há imperialismo, há possibilidade de continuar o colonialismo.

Estes são os inimigos, para nós.

O que nós desejamos é estabelecer uma sociedade nova, onde negros e brancos possam viver em conjunto. Naturalmente, e para não ser mal interpretado, devo

acrescentar que o processo democrático deve exercer-se de tal modo que a massa popular mais explorada (a negra) tenha o controlo do poder político, porque ela é aquela que mais longe pode ir no estabelecimento de direitos apropriados para todos.

Luta do povo pelo poder político, pela independência económica, pelo restabelecimento da vida cultural, pela desalienação, pelas relações com todos os povos, numa base de igualdade e de fraternidade, tais são os objectivos da nossa luta.

Estes objectivos são fixados através da definição do inimigo, da definição do nosso Povo e do carácter da nossa luta, que é uma luta revolucionária, atingindo não só as bases do sistema colonial, também os fundamentos da nossa própria sociedade, como Nação e como Povo. Mas, nesta etapa, pode processar-se uma tal libertação?

Vejamos.

Estamos num período em que as forças imperialistas se dispõem com dinamismo e com tenacidade no palco africano. Aliado aos colonialistas portugueses, aos regimes racistas da África Austral, o imperialismo está presente no nosso continente. A sua influência sente-se. A sua acção provoca sobressaltos na vida da África. O neocolonialismo é um facto. Em toda a África ainda há que lutar pela independência política em algumas áreas, economicamente noutras, cultural na quase totalidade.

O imperialismo procura ao máximo manter as fontes de matérias-primas e a mão-de-obra barata. Este é o fenómeno em que se debate não só em África, mas todo o chamado “terceiro mundo”.

No mundo dividido em blocos, dos quais era hábito distinguir o bloco socialista do bloco capitalista, surgiu o não-alinhamento para poder tentar o equilíbrio e a defesa dos menos desenvolvidos.

E dentro desta divisão, são os socialistas que arvoram a bandeira do internacionalismo e na realidade dão o maior apoio aos investimentos de libertação.

Mas, hoje, o campo socialista encontra-se dividido, enfraquecido por inconciliáveis concepções ideológicas, e as relações de solidariedade, que faziam destes países uma fortaleza de ferro e impenetrável, quebraram-se e estão longe de se restabelecer.

As relações de solidariedade modificaram-se e conflitos de maior ou menor importância mancham o ideal proclamado pelo socialismo.

Assim, do mesmo modo que em vários países africanos encontramos nos seus mercados os produtos de países dominados pelo inimigo da África do Sul, de Portugal,

da Rodésia, nós vemos, com muita preocupação, o aumento de relações comerciais e culturais especialmente com Portugal, em particular por parte de alguns países socialistas.

Assim, a liberdade nacional em África, sejamos realistas, não dispõe de bases muito sólidas na arena internacional e não são as afinidades políticas ou ideológicas que contam. Não são também os próprios objectivos, mas na maior parte dos casos, outros interesses dominam as relações entre as forças de liberdade e o mundo.

Estamos numa outra época. O mundo transforma-se e temos que verificar o facto.

Assim, os interstícios por onde o inimigo pode penetrar são numerosos. No entanto, como factor especial, temos de reconhecer que a luta de libertação nacional é uma causa que hoje, raros deixam de apoiar, com maior ou menor sinceridade. A independência política e ideológica, o problema da preservação da sua personalidade.

E como várias correntes políticas e concepções ideológicas estão em jogo, com interesses por vezes antagónicos, os movimentos de libertação vêm-se a braços com o problema da sua independência política e ideológica, o problema da preservação da sua personalidade que deve reflectir a imagem social do país.

A preservação da independência não é fácil e por vezes a luta é afectada pelas nossas próprias contradições. E as contradições podem provir das diferentes concepções, de que vem a definição do inimigo e dos nossos objectivos.

Alguns gostariam de ver os movimentos de libertação tomar o rumo de luta de classes, como na Europa. Outros gostariam de os ver racistas, D. Quixote lançando contra o moinho de vento da pele branca. Outros gostariam de os ver tribalizados, federalizados, segundo aquilo que imaginam dum país que lhes é desconhecido. Outros idealistas, gostariam de os ver enveredar na senda do compromisso político com o inimigo.

Estas tentativas de transformar os movimentos de libertação em satélites de partidos no poder, sujeitos a um paternalismo inadmissível, são provocadas pelo facto de a maioria dos movimentos de libertação conduzirem uma luta armada, mas terem de o fazer a partir do exterior da sua pátria.

O exílio produz os seus efeitos.

“O pior mal que nos fizeram os portugueses – dizia um dos meus mais inteligentes amigos – é o de nos obrigarem a fazer a luta de libertação a partir do exterior”. Eu concordo.

A Organização da Unidade Africana, que alguma coisa tem feito, especialmente no plano político, para valorizar os movimentos de libertação nacional, ainda terá de os ajudar bastante para que eles se vejam independentes, respeitando as conveniências e as

intervenções programáticas das diferentes organizações, de acordo com a realidade do país.

O diálogo entre a África independente e a África dependente ainda não é satisfatório, e por isso mesmo os combates políticos não se desenvolvem com a força necessária.

Nós poderíamos divagar sobre as várias faces da acção política para demonstrar as nossas insuficiências, mas não desejarei, neste momento, dar a ideia de haver intenção crítica na apreciação do momento que atravessamos nesta fase de libertação.

Direi apenas que, por exemplo, poderíamos colaborar mais no económico, de modo a travar também a batalha neste campo. No que respeita a Portugal, o roubo das nossas riquezas como o petróleo, o café, os diamantes, o ferro, etc., produtos que são comercializados por organismos internacionais, em que participam africanos, poderia ser impedido ou pelo menos diminuído.

E que mal faria a associação dos movimentos de libertação nas discussões sobre problemas cruciais do nosso tempo e que vão certamente afectar o desenvolvimento do continente, como por exemplo, a associação mais larga da África no Mercado Comum, ou os problemas da Segurança Europeia? E o problema da África do Sul? Poderemos discuti-lo, algum dia, totalmente?

Enfim, poderíamos demorar ainda mais tempo nas reflexões sobre experiências vividas nesta luta de libertação nacional.

Termino aqui, agradecendo ao S. Presidente e a todas as senhoras e senhores, camaradas, a vossa atenção.

